

A ALFABETIZAÇÃO NO CEARÁ – FORTALEZA EM FOCO: UMA ANÁLISE DE DADOS

Autor: Priscila Alves de Paula Belo

Orientador: Davi da Costa Almeida

Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa realizada durante a disciplina Legislação de Ensino do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. Tendo como principal objetivo analisar as condições da alfabetização brasileira trazendo como foco central Fortaleza, capital do Ceará. Para isso foram realizados estudos a partir de documentos governamentais e acadêmicos sobre o assunto. Esta análise possibilitou refletir como tem sido a qualidade da educação oferecida à população, que medidas constam na legislação brasileira, que mudanças ocorreram e quais resultados obtiveram-se quanto à alfabetização até os dias atuais; assim como apresentar o PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa) que têm contribuído para certos avanços adquiridos na região e sua expansão para todo o país, denominando-se, posteriormente PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa). Os resultados revelam que mesmo com bons resultados é necessário ainda investir alto a fim de obtermos uma educação pública de qualidade.

Palavras-Chave: ALFABETIZAÇÃO – LEGISLAÇÃO – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

1. INTRODUÇÃO

A Educação Básica tem sido objeto de pesquisas e discussões entre muitas instituições e autoridades do mundo inteiro. Sabe-se que de acordo com a constituição brasileira de 1988, seção 1, art. 205 “a Educação é um direito de todos e dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Porém o que tem sido discutido é que tipo de educação tem sido oferecido à população, já que ao que parece o poder público está mais interessado nos resultados quantitativos do que os qualitativos da educação pública do país.

As análises de inúmeras avaliações demonstram claramente os dados de tais processos, obtêm-se os maus resultados, contudo medidas que gerem mudanças significativas parecem estar em segundo plano para o Governo, como também a qualidade na educação. Sendo assim, sem outra oportunidade de escolha, as classes desfavorecidas que não dispõem de recursos financeiros para investir na educação dos filhos em escolas privadas de grande porte e formá-los para a obtenção dos melhores cargos e profissões do país, continuam a aceitar o que lhes é oferecido, escolas superlotadas e com poucos recursos e investimentos.

Ao mesmo tempo em que o Governo apresenta o seu ‘interesse’ e os ‘espetaculares’ projetos para a educação da grande massa da população brasileira, vê-se cada vez mais os índices de desenvolvimento educacional descerem em comparação com outros países, tornando assim contraditório os dados apresentados.

É decepcionante ver as pesquisas mundiais a respeito da educação e saber que nosso país está entre as últimas colocações do *ranking*, abaixo até de outros países que são considerados na maioria das vezes muito pobres e até miseráveis e em contrapartida o Brasil encontra-se entre as seis primeiras colocações em relação à potência mundial.

No *ranking* feito pela UNESCO, braço da ONU para a cultura e educação, que foi divulgado pela Folha de São Paulo em 2011, o Brasil ficou no 88º lugar, classificado de nível "médio" de desenvolvimento na área, atrás de Argentina, Chile e até mesmo Equador e Bolívia, os cinco primeiros lugares foram para Japão, Reino Unido, Noruega,

Cazaquistão e França. Entre os objetivos sugeridos a serem atingidos estão ampliar a educação infantil, universalizar o ensino primário, combater as desigualdades de gênero na área e melhorar a qualidade. A pesquisa ainda aponta que o programa de combate ao analfabetismo no Brasil é como um exemplo, embora o país tenha cerca de 14 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever, e os dados mostram que o país é um dos que mais aumentou seus investimentos em educação.

Apesar destes investimentos, em outra pesquisa mais recente o Brasil ficou em penúltimo lugar em relação à qualidade da educação, acima somente da Indonésia. Esta pesquisa, que inicialmente foi divulgada pela BBC Brasil, encomendada à consultoria britânica *Economist Intelligence Unit* (EIU), pela *Pearson*, avaliou apenas 40 países. O *ranking* é baseado em testes efetuados em áreas, como matemática, ciências e habilidades linguísticas a cada três ou quatro anos, e por isso apresentam um cenário com um atraso estatístico frente à realidade atual. Ao analisar os sistemas educacionais bem-sucedidos, o estudo concluiu que investimentos são importantes, mas não tanto quanto manter uma verdadeira "cultura" nacional de aprendizado, que valoriza professores, escolas e a educação como um todo. Os seis primeiros lugares foram para Finlândia, Coreia do Sul, Hong Kong, Japão, Cingapura e Grã-Bretanha.

Em relação às pesquisas nacionais, observando as disparidades regionais os índices apresentados também são entristecedores. É visível como as regiões do sudeste e sul são mais valorizadas do que as regiões norte e nordeste, esta última que por diversas vezes é alvo de inúmeros insultos e preconceitos. Um dos fatos que comprovam tal afirmação é a quantidade de pessoas que se deslocam de seus estados para a região sudeste em busca de melhoria de vida, tornando-a assim a região mais populosa do país. O que é comprovado através das estimativas populacionais dos municípios divulgada pelo IBGE referente ao ano de 2011, São Paulo (*11,3 milhões de habitantes*) ocupa a primeira colocação, seguido de Rio de Janeiro (*6,4 milhões*), Salvador (*2,7 milhões*), Brasília (*2,6 milhões*) e Fortaleza (*2,5 milhões*).

Sobre isso, o PNE já alertava: “Todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no País, onde a maior parte dela está localizada no nordeste”.

No que diz respeito à alfabetização brasileira os resultados das avaliações referentes aos diferentes níveis e etapas da educação brasileira parecem anunciar, há algum tempo, uma mesma conclusão: alunas e alunos brasileiros pouco compreendem daquilo que leem. O que significa dizer que poucos dominam a língua que usam.

Tais constatações indicam a necessidade de pensar nas políticas públicas para o ensino e a aprendizagem inicial da leitura e escrita com base no pressuposto óbvio de que medidas devem ser tomadas tanto práticas como também políticas, ou seja, resultando de escolhas centradas em julgamentos de valor dentre opções também de ordem política, como manifestações sintéticas das relações entre *teoria e ação* do Estado no que se refere ao atendimento às necessidades básicas sociais, como direitos dos cidadãos.

O presente trabalho busca apresentar de forma expositiva um breve histórico sobre a alfabetização no Brasil, as leis que regem esse sistema, o PAIC (programa criado no Ceará) que tem como objetivo alfabetizar as crianças até os sete anos de idade, e expor os dados coletados através de notícias divulgadas pelas mídias digitais referentes aos resultados à cidade de Fortaleza, Ceará quanto aos avanços na alfabetização dos alunos.

2. ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL – CONTEXTO HISTÓRICO

Na busca por compreender o passado, pois que este traz pistas para compreendermos o presente, vamos em direção à literatura. Esta é rica em exemplos de como era o tratamento dado ao ensino da língua e de como ainda hoje vivemos seus dilemas.

Mortatti apud Saviani (2002) nos lembra de que em 15 de outubro de 1827 foi promulgada a primeira Lei que determinava a criação de *escolas de primeiras letras*. É em alusão a importância dessa data que temos comemorado o dia do professor.

A referida lei estabelecia que:

“nas escolas criadas, os professores ensinariam a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica apostólica romana proporcionada à compreensão dos meninos. (BRASIL, 1827)”.

Este regulamento, no entanto, não garantiu na prática a instalação de escolas elementares em todas as cidades, vilas e lugares populosos como se propunha. Em 1834

um Ato Adicional à Constituição do Império desobrigou o governo central de cuidar das escolas primárias e secundárias, transferindo essa incumbência aos governos provinciais. O resultado, afirma Saviani, foi à falta de investimentos na abertura de escolas e o adiamento da alfabetização da população brasileira. Vemos assim que a tematização da alfabetização e a ausência de ações sérias e concretas em favor da aprendizagem da leitura e da escrita da população não é algo novo neste país.

Foi somente a partir da década republicana que a aprendizagem da leitura e escrita foi caracterizada como uma prática escolar, ou seja, ensinadas e apreendidas em um espaço público e com uma organização sistemática e metódica. Por volta dos anos 1930, a alfabetização adentrou as políticas e ações do Governo. Desde então, até os dias atuais o conhecimento da leitura e escrita tem sido utilizado como índice de medida para avaliar o ensino das escolas públicas e gratuitas.

Porém, as preocupações em sua maioria, tem sido no que diz respeito a métodos e estratégias de ensino, considerando o que seria o tradicional (velho), e o moderno (novo) método.

“Decorrente da complexidade e multifacetação do processo escolar envolvido, a história da alfabetização no Brasil se caracteriza, portanto, como um movimento também complexo, marcado pela recorrência discursiva da mudança, indicativa da tensão constante entre permanências e rupturas, diretamente relacionadas a disputas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a alfabetização. Em Mortatti (2000), aborda a história do ensino da leitura e escrita na fase inicial de escolarização de crianças no Brasil desde o final do século XIX até os dias atuais, com ênfase na situação paulista, e propõe a divisão desse movimento histórico em quatro momentos que considera cruciais, cada um deles marcado por um *novo* sentido atribuído à alfabetização: o primeiro momento (1876 a 1890) se caracteriza pela disputa entre os partidários do *novo* método da palavração e os dos *antigos* métodos sintéticos (alfabético, fônico, silábico); o segundo momento (1890 a meados dos anos de 1920) é marcado pela disputa entre os defensores do *novo* método analítico e os dos *antigos* métodos sintéticos; o terceiro momento (meados dos anos de 1920 a final dos anos de 1970) é notável pelas disputas entre defensores dos *antigos* métodos de alfabetização e os dos *novos* testes ABC para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita, do que decorre a introdução dos *novos* métodos mistos; o quarto momento (meados de 1980 a 1994) marca-se pelas disputas entre os defensores da *nova* perspectiva construtivista e os dos *antigos* testes de maturidade e dos *antigos* métodos de alfabetização. Como o ano de 1994 indica apenas o encerramento daquela pesquisa, uma vez que esse quarto momento da história da alfabetização no Brasil se encontra ainda em curso, em livro e em artigos posteriores”. (MORTATTI, 2000)

Vemos aí um descaso com a preocupação em uma aprendizagem significativa, onde não apenas os métodos são discutidos, mas também o nível de aprendizagem mereceria atenção. Nos dias atuais não há muita diferença, é certo que o Estado tem percebido os maus resultados da alfabetização no Brasil através dos índices apresentados pelos exames nacionais que tem o objetivo de avaliar o sistema educacional.

3. A ALBETIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO

Serão apresentadas a seguir algumas leis que dizem respeito à alfabetização, para que possamos entender o que não tem sido alcançado pelo Sistema.

O artigo 210 da constituição, afirma que “devem ser fixados os conteúdos básicos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Alguns destes conteúdos estão inclusos a formação de leitores e escritores, para que o cidadão possa interagir com a sociedade. Na seção 2 está exposto que “o ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa, assegurada as comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

No artigo 214, o Plano Nacional de Educação é estabelecido, onde uma de suas metas é a erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade de ensino, algo que já vem sendo apresentado neste trabalho e que percebemos a deficiência em seu cumprimento.

De acordo com a legislação brasileira sobre educação, no título IV, artigo 9, parágrafo VI está assegurado o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição das prioridades e a melhoria na qualidade de ensino. São exemplos dessas avaliações referidas a Provinha Brasil, o SPAECE, ENEM e ENADE, que como citado anteriormente visa apenas os resultados quantitativos gerando assim uma dúvida quanto aos seus índices apresentados.

No título V, responsável pelos níveis e pelas modalidades de ensino, na seção III – Do ensino fundamental o artigo 32 afirma a objetividade da formação básica do cidadão mediante em seu parágrafo I apresenta que o aluno deve desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

No que diz respeito à educação de jovens e adultos, a erradicação do analfabetismo é uma das principais metas estabelecidas pelo PNE, assim como assegurar escolas públicas de ensino fundamental e médio em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade.

“A melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério”. (PNE, Diagnóstico)

Nas ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estão inclusos avaliar as condições em que se encontra o ensino com o objetivo de alcançar nota seis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O plano *Compromisso Todos Pela Educação* que propõe as diretrizes e estabelece as metas para as escolas das redes municipais e estaduais de ensino; a inclusão da *Provinha Brasil*: instrumento de aferição do desempenho escolar dos alunos de seis a oito anos; e do programa *Brasil Alfabetizado*: terá dois focos: a Região Nordeste, que concentra 90% dos municípios com altos índices de analfabetismo; e os jovens de 15 a 29 anos. A alfabetização de jovens e adultos será, prioritariamente, feita por professores das redes públicas, no contra turno de sua atividade.

4. PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PAIC

É um programa de cooperação entre Governo do Estado e municípios cearenses com a finalidade de apoiar os municípios para alfabetizar os alunos da rede pública de ensino até o final do segundo ano do ensino fundamental. O programa possui os seguintes parceiros: UNICEF, APRECE, UNDIME-CE, APDMCE, SECULT e Fórum de Educação Infantil do Ceará.

A origem do PAIC aponta para o trabalho desenvolvido pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, criado em 2004, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, através da iniciativa do deputado Ivo Gomes. Após inúmeras pesquisas e seus resultados preocupantes tomou-se a iniciativa da criação de um programa que buscasse reverter tal situação, com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do ensino fundamental, contando com a adesão de 60 municípios, através de um pacto de cooperação.

Suas principais metas são alcançar a alfabetização de 100% das crianças inseridas até o 2º ano do ensino fundamental, como também proporcionar a alfabetização aos alunos não alfabetizados do 3º ao 9º ano do ensino fundamental.

Algumas ações que devem estar em andamento durante o ano letivo são a formação de professores alfabetizadores multiplicadores do 1º ano, a formação continuada de professores de matemática para os 1º e 2º anos, o aperfeiçoamento da formação dos professores de português e matemática para os 3º, 4º e 5º anos; dentre outras atividades.

Das competências esperadas para o aluno alfabetizado, temos:

- Identificar letras dentre várias formas gráficas, tais como rabiscos, desenhos, números e outros símbolos gráficos, apresentadas em diferentes sequências.
- Identificar a direção correta da escrita (esquerda, direita, de cima para baixo), identificando a localização do início e término da escrita em uma página de caderno ou em um texto.
- Ler com compreensão palavras formadas por sílabas nos padrões não canônicos: vogal (ex: a-ba-ca-te); consoante/vogal/consoante (ex: tex-to, ve-ri-fi-car); consoante/consoante/vogal (ex: pa-la-vra).
- Identificar o assunto principal de um texto e dizer como ele é abordado.
- Reconhecer as relações entre partes de um texto que permitem a construção de sentidos para ele. (SEDUC, Idade Certa. 2012).

5. A ALFABETIZAÇÃO NO CEARÁ – FORTALEZA EM FOCO

Após inúmeras pesquisas realizadas pelo Governo e seus resultados agravantes, percebeu-se que a alfabetização necessita ser priorizada nas escolas brasileiras, e principalmente na Região Nordeste onde os índices apresentados tem sido gritantes em mostrar o quão falho está o sistema de ensino para a aquisição da leitura e escrita, bases fundamentais para a formação do cidadão.

Não é de admirar-se ao observar as análises que mostra que os maiores e melhores resultados provêm das escolas particulares, tal afirmação apenas constata o descaso com a rede pública de ensino.

No ano de 2003, os resultados do SAEB constataram que 55% das crianças do Estado do Ceará demonstravam ter competência abaixo do nível desejado (Brasil, 2004). Foi evidenciado o problema do analfabetismo escolar do estado e houve uma mobilização para a busca de soluções.

“Os resultados da referida pesquisa foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação. Como parte desse esforço de socialização, foram realizados alguns seminários para apresentar e discutir esses resultados

com gestores escolares e professores. Esse esforço coletivo teve grande impacto para a educação cearense, resultando na mobilização das prefeituras de 60 municípios que, sob a coordenação da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece) e da Undime/CE, com apoio do Unicef, instituíram o *Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC)*, que atualmente está implantado em 184 municípios do Ceará.” (MARQUES, Claudio. Et al. 2009)

Em 2007, após a inclusão do programa nas escolas públicas do estado, novas pesquisas foram realizadas e estas apresentaram mudanças embora pequenas no nível de aprendizagem entre os alunos.

“Apesar de ainda ter 1,561 milhão de analfabetos em 2007 no Ceará e ter diminuído a quantidade de alunos em salas de aula, tanto a taxa de alfabetização como a de escolarização no Estado cresceram nos últimos anos. Os dados da pesquisa apontam que tanto a taxa de alfabetização no Ceará como na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) aumentaram e tiveram significativas melhoras entre os anos de 2001 e 2007. A taxa de alfabetização das pessoas com cinco anos ou mais de idade no Ceará, em 2007, foi de 79,77%, enquanto que na RMF foi de 88,33%. Em 2001, essas taxas eram, respectivamente, 73,66% e 84,76%. Para a PNAD, são consideradas pessoas alfabetizadas aquelas que sabem ler e escrever, pelo menos um bilhete.” (Diário do Nordeste, Cidade. 2008)

No ano de 2009, a partir das análises do IDEB, Fortaleza ficou com a média de 3,9, constatando um aumento de 11% em relação ao nível das escolas. Em seguida, no ano de 2011, de acordo com os dados apresentados pelo IDEB, 2% das escolas ficaram acima da média projetada (4,1) e 8% cresceu em média 0.3 pontos percentuais. A pesquisa ainda mostra que 55,1% das escolas atingiram a meta, cresceram o IDEB e estão abaixo do valor de referência; 27,4% não atingiram a meta e, ou tiveram queda no IDEB e, ou estão abaixo do valor de referência; 16,7% não atingiu a meta e estão abaixo do valor de referência; e por fim apenas 0,9% atingiram a meta, cresceram o IDEB e estão acima do valor de referência.

Em maio deste ano (2012), o site G1 apresentou uma matéria afirmando que Fortaleza tem o 2º pior desempenho em alfabetização, os dados foram levantados mediante o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica, o Spaece-Alfa, divulgado pelo governo do estado. Segundo o site, a capital cearense ficou em 183º lugar no ranking das médias dos alunos do 2º ano entre os 184 municípios cearenses, com a média 89,9. Ficou na frente apenas do município de Pirambu, que obteve média 89,6. Segundo a Secretaria de Educação do estado (SEDUC), 178 dos 184 municípios cearenses atingiram o nível "desejável" nas médias de proficiência, seguidos de seis que estão no nível suficiente.

Entretanto, quanto aos dados apresentados pelo IDEB, divulgado pelo site do jornal 'O povo' no mês de maio deste ano, Fortaleza ficou entre as três cidades com o melhor desempenho em séries iniciais do Nordeste, e como a 17ª capital no *ranking* nacional do mesmo quesito.

É necessário repensar que tipo de qualidade na educação tem sido avaliado já que pesquisas mostram a capital cearense como uma das piores no nível de alfabetização e, contudo em outras pesquisas onde a qualidade da aprendizagem é medida, (sabendo que os critérios avaliados são a compreensão leitora, a aquisição da escrita e os cálculos matemáticos), obtêm resultados colocando a capital entre as melhores. Torna-se contraditório e levanta-se um grande questionamento quanto à credibilidade dos dados apresentados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfabetizar-se é um direito de todos, está na lista dos direitos humanos e é prioridade da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Em relação a tal afirmação todos temos conhecimento e temos também consciência que cada um pode e deve inserir o seu filho no ambiente escolar para que este venha adquirir o conhecimento referido.

Porém, o que precisamos reavaliar é o tipo de educação que temos recebido, não podemos simplesmente aceitar conformados a atual situação da educação pública, algo precário e que está necessitado de muita atenção. É certo que temos avançado desde o início da educação brasileira, porém ainda estamos muito a quem de uma verdadeira educação pública, gratuita e de qualidade como nos está proposto nas leis que regem o nosso país. Se compararmos com os sistemas educacionais dos outros países, como podemos ver em algumas pesquisas, o *status* da nossa educação é de caráter vergonhoso. Por isso, devemos conhecer quais são os nossos direitos e quais os deveres do Estado, assim como também as propostas dos políticos eleitos para que possamos cobrar alguma mudança na educação.

Quanto ao estado cearense é fato que houve um avanço significativo após a criação do PAIC, de acordo com os dados apresentados neste trabalho o nível de aprendizagem tem crescido ao longo dos anos, é tanto que a presidente Dilma Rousseff decidiu implantar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) inspirado pelo PAIC, sistema criado no Ceará. Contudo, ao olharmos para a capital percebemos que estes resultados ainda não são amplamente satisfatórios, já que a capital

cearense fica classificada entre as piores colocações no quesito alfabetização. Embora a taxa de alfabetização de Fortaleza seja 93,4%, segundo o IPECE, em pesquisa divulgada no mês de dezembro de 2012, as maiores taxas de analfabetismo estão localizadas na periferia da cidade, áreas administradas pelas Secretarias Executivas Regionais (SER) V e VI de Fortaleza, onde grande parte da educação acontece por meio do ensino público.

Portanto, entende-se que o principal fator desta problematização está centrada na qualidade do ensino público, não basta apenas novos programas e novos métodos se estes não forem regidos por uma verdadeira QUALIDADE.

7. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- **Brasil fica em penúltimo lugar em ranking global de qualidade de educação.** BBC – Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/11/121127_educacao_ranking_eiu_jp.shtml
Acesso em: 10/12/12
- **Experiência de Sobral, no CE, inspira programa de alfabetização nacional.** Portal G1 – Ceará, 2012.
Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/11/experiencia-de-sobral-no-ce-inspira-programa-de-alfabetizacao-nacional.html>
Acesso em: 11/12/12
- **Fortaleza tem 2º pior desempenho em alfabetização, diz pesquisa estadual.** Portal G1 – Ceará, 2012
Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/05/fortaleza-tem-2-pior-desempenho-em-alfabetizacao-diz-pesquisa-estadual.html>
Acesso em: 08/12/12
- **IBGE. Estimativas populacionais dos municípios.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2011
Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1961&id_pagina=1
Acesso em 05/12/12
- **IBGE. Série PD171 – Taxa de analfabetismo, por grupo de idade.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2011
Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD171&t=taxa-analfabetismo-grupos-idade>
Acesso em: 06/12/12

- **Ideb – capital é a terceira do Nordeste.** Jornal O Povo – Fortaleza, 2012.
Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/08/17/noticiasjornalfortaleza,2901226/capital-e-terceira-do-nordeste.shtml>
Acesso em: 11/12/12
- **Ideb e seus componentes:** Fortaleza. Brasil – Ceará, 2011
Disponível em: <http://www.portalideb.com.br/cidade/4885-fortaleza/ideb>
Acesso em 10/12/12
- **Legislação brasileira sobre educação.** – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 428 p. – (Serie legislação ; n. 12)
- **Maiores taxas de analfabetismo de Fortaleza estão na periferia.** Portal G1 – Ceará, 2012
Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/12/maiores-taxas-de-analfabetismo-de-fortaleza-estao-na-periferia.html>
Acesso em: 04/12/12
- MARQUES, Claudio. Et al. **Programa Alfabetização na Idade Certa: concepções, primeiros resultados e perspectivas.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.
- MORTATTI, Maria do R. L. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados.** PPGE – UNESP. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44. SP, 2010.
- **PDE. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.** MEC, Governo Federal. Brasil.
- **Pesquisa PNAD - Taxas de alfabetização e escolaridade crescem no CE.** Jornal Diário do Nordeste – Cidade, 2008
Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=573518>
Acesso em: 09/12/12
- **PNE. Projeto de Lei.** Plano Nacional de Educação – PNE. Brasil, 2010.
- PINHO, Ângela. **Brasil fica no 88º lugar em ranking de educação da Unesco.** Folha de São Paulo – Educação. 2011.
Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/saber/882676-brasil-fica-no-88-lugar-em-ranking-de-educacao-da-unesco.shtml>
Acesso em: 10/12/12
- **Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC.** Secretaria de Educação, Ceará.
Disponível em: <http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/>
Acesso em: 03/12/12